

A iniciativa feminina na Roma antiga

José d'Encarnação^{a, ©}

^a Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
[©] Contacto: jde@fl.uc.pt

Resumo

Refere-se a abundância de estudos recentes sobre o papel da Mulher nas várias épocas históricas; alude-se ao facto de, na Lusitânia romana, a Mulher estar visível na documentação epigráfica funerária e votiva; aproveita-se o ensejo para dar a conhecer duas sugestivas obras editadas sob orientação da Prof^a Pilar Pavón, da Universidade de Sevilha, no âmbito dum projecto que estuda a presença da Mulher na Antiguidade.

Palavras-chave

Mulher | estudos feministas | Roma antiga

Abstract

The woman position in the society, even in Ancient Rome, is at the last decades object of many studies. The epigraphic evidence of the woman in the Roman Lusitania is considered and the important research program of the Professor Pilar Pavon about this theme is here analysed, specially two of by her edited books.

Keywords

Woman | feminist studies | ancient Rome

1. Introdução

Designa-se «Roma antiga» o período em que, na Europa, os Romanos detinham papel preponderante. Certo é que houve o tempo da Realeza e da República, este desde o século VI até finais do século I a. C.; mas é sobretudo o Império, desde então até ao século IV, *grosso modo*, que maior influência haveria de ter na civilização europeia, por corresponder à expansão romana e, conseqüentemente, ao seu contacto com as populações indígenas. A esse período habitualmente se faz referência.

A expressão «Iniciativa feminina» aponta o objectivo que ora se propõe: mostrar que, afinal, houve um «papel» da mulher e, porventura, não terá sido assim tão secundário como, à primeira vista, se pensa.

Um dos quadros mais célebres do pintor francês Jean-Léon Gerôme (1824-1904), datado de 1872 e hoje em exposição no Phoenix Art Museum, de Phoenix, nos Estados Unidos, tem o título de *Pollice verso*, «polegar para baixo». Um gesto que ora se considera corrente e cujo significado todos conhecem: «para baixo», algo vai mal; «para cima», está tudo nos conformes! Aí, no quadro (Fig. 1), as vestais, resplandecentes nas suas virginais vestes brancas, gritam e insistem que o gladiador deve morrer. O imperador deverá obedecer-lhes e, também ele, porá o polegar para baixo.

Vir-nos-á, porventura, à mente a cena do filme *Quo vadis?* (1951), do realizador americano Mervyn LeRoy: o gladiador (Nuno Salvação Barreto) consegue matar a fera, reclama clemência, as Vestais concedem-lha, o imperador Nero hesita, põe o polegar para baixo, mas, num golpe de teatro, decide-se por salvar o gladiador.

Da importância dos jogos em Roma se deduzirá, por consequência, o papel influente das Vestais, a justificar a imponência da sua 'casa', que ainda hoje se pode admirar no fórum romano (Fig. 2).

A luta actual pela «igualdade de género» constitui, de certo modo, o corolário final dos estudos que, paulatina e timidamente, nas academias se começaram a fazer, salvo o erro, pelos meados do século passado, incentivados também por históricos exemplos magníficos de mulheres, que vão desde Joana d'Arc (1412-

Figura 1. Pollice verso (1872). Jean-Léon Gerôme. Phoenix Art Museum.



Figura 2. Pormenor do peristilo da Casa das Vestais, com os cipos relativos às mais importantes.



1431), a heroína da Guerra dos Cem Anos, à «Dama da Lanterna», como ficou a ser mundialmente conhecida Florence Nithingale, por usar uma lanterna a fim de poder, de noite, tratar os feridos na Guerra da Crimeia (1853-1856) – só para dar dois dos milhares de testemunhos que poderiam aduzir-se.

Criaram-se cadeiras, e depois cursos, de Estudos Feministas; o doutoramento em Estudos Feministas é um programa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em colaboração com o Centro de Estudos Sociais, iniciado em 2015/2016; temos no Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, um Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, criado em 2012. . .

Falar da Mulher apresenta-se, pois, não apenas como 'moda' mas também como 'necessidade' de uma consciencialização que se perdera e que urge recuperar, ainda que se possam apontar dedos recriminatórios a cláusulas legislativas, rígidas e implacáveis preconizadoras de aritméticas. Já o poeta Horácio (65-8 a. C.) bem ajuizada e lapidarmente o proclamou (*Sátiras*, I, 1, 106): *Est modus in rebus, sunt certi denique fines* – haja contenção em tudo, porque, afinal, existem limites a respeitar.

Consequentemente, não se levará a mal que, entre as centenas de livros que, nas últimas décadas, trataram do papel da Mulher na Antiguidade, se dê conhecimento de dois, recentes, atendendo à sua singularidade; não sem, antes, cedermos à tentação de, em jeito de possível síntese, esboçarmos um quadro do papel na Mulher na Lusitânia, com base nos documentos epigráficos.

2. Na Lusitânia

Coube a Luís da Silva Fernandes a iniciativa de elaborar dissertação de mestrado (1998-1999), servindo-se precisamente dos dados colhidos nas inscrições encontradas no território entre os rios Tejo e Douro, o romano *conventus Scallabitanus*.

Confirmou-se que, em geral, a mulher está 'ausente' da vida política activa.

Em termos quantitativos, são raras, v. g., as mulheres a que foi concedida a possibilidade de estarem inscritas numa tribo: «Só excepcionalmente», escreve Jean-Marie Lassère (2007, p. 116), «se encontra na onomástica das mulheres: vemo-lo nalgumas inscrições provinciais, onde as cidadãs, cheias de preconceitos, fazem questão em se demarcar das de estatuto peregrino».

Comentando esta última afirmação, Marta González Herrero considera que sim, que é possível que essa indicação sirva para tal distinção em África, nomeadamente em relação «às peregrinas que usam indevidamente os *duo nomina*», mas esclarece que a tribo nada tem a ver com a vida política nem com a territorialidade, mas sim com a cidadania local, como o testemunho de *Cretonia Maxima* bem documenta (González Herrero 2021, 553-561).¹

Igualmente raras as menções à existência do *praenomen* feminino (Lassère 2007, 85-86), uma vez que o *praenomen* é, quiçá por natureza, masculino. No território actualmente português, encontrou-se, até agora, um único testemunho, o de *Caia Valeria Amma*, patente na cupa identificada na *villa* romana do Monte da Salsa, concelho de Serpa (Encarnação 2019, 123-127).

No entanto, quer a menção da tribo na identificação feminina quer a inclusão do *praenomen* não implicam importância política, mas sim social.

Presença bastante comum é a da mulher que toma a iniciativa de mandar fazer o epitáfio para o marido ou para os filhos, amiúde não se esquecendo de fazer menção ao facto de as despesas terem sido pagas *de suo, ex pecunia sua*, ou seja, do seu pecúlio, o que deve interpretar-se não exclusivamente como uma ostentação de riqueza mas também de afirmação pessoal (Fernandes 1998-1999, 170-191). De facto, ao identificar-se como promotora da homenagem, mostra a relação da sua família com a do homenageado, uma forma indirecta de a imortalizar.

¹ Esta investigadora da Universidade de Oviedo tem em curso um projecto de investigação que visa recolher e analisar os testemunhos de mais de uma centena de mulheres com tribo conhecidas no Império romano por epígrafes achadas na *Hispania* e na África romana. O objetivo é compreender que motivos podem justificar o ter-se querido incluir a tribo na sua onomástica. Sublinha, a título de exemplo, que, no referido caso de *Cretonia Maxima*, a tribo *Papiria* se usou para assinalar que esta *Pacensis* recebera a cidadania local em *Augusta Emerita*, onde se fixara depois de ter casado com um emeritense.

Figura 3. Epígrafe votiva romana patente nas termas de S. Pedro do Sul.



Outro modo de a mulher se manifestar é mediante a apresentação de dedicatórias a divindades. Tratava-se, aparentemente, de um acto individual, de devoção; o certo é que, assim, mais famílias estão a marcar presença.

Sirva como exemplo o ex-voto identificado nas termas de S. Pedro do Sul (*Conventus Scallabitanus*), em que *Victoria Victorilla* se associa ao marido, *Magius Reburrus*, para celebrar a memória do filho: *in honorem Magi Saturnini* (Encarnação 2018, p. 91 – Fig. 3). Oficialmente, no entanto, o monumento é consagrado ao Mercúrio dos Augustos, dotado de um epíteto local: *Aquaeco*. Ou seja, a epígrafe cumpre às mil maravilhas a sua função de publicamente manifestar a devoção das duas famílias: a da mulher, *Victoria*, e a do marido, a *Magia*.

Houve ocasião recentemente de mostrar como a iniciativa da liberta *Iulia Saturnina* de erguer, em *Pax Iulia*, um templete à *Dea Bona* configurava uma intenção de reunir em torno do culto a essa deusa, de características 'feminísticas' (diríamos hoje!) assaz relevantes, as matronas da cidade, na vontade de alicerçarem o seu poder 'paralelo' (Encarnação 2021 – Fig. 4).

Nesse domínio, nunca será de mais sublinhar o papel que a mãe tinha de introduzir os filhos na vida social, cultural e política, mediante, v. g., a mera explicação do significado das epígrafes que diariamente se viam nas ruas das povoações (Encarnação 2005).

3. A marginalização da mulher no Império Romano

Ressalte-se, antes de mais, o papel que uma mulher, Pilar Pavón, catedrática de História Antiga na Universidade de Sevilla, está a desempenhar, no âmbito dos projectos de investigação que dirige, para dar a conhecer, cada vez com maior nitidez, o que foi a Mulher na Roma Antiga.

Superintendeu à edição, em 2021, de *Conditio Feminae*, seleccionada colectânea de artigos que propõem claras «imagens da realidade feminina no Mundo Romano». Antes, porém, já outro tema fundamental a preocupara: a proclamada marginalização da mulher no Império Romano. Promoveu, por isso, em Outubro

Figura 4. Proposta, de José Luís Madeira, de templete para a inscrição dedicada à Bona Dea, em Beja.



de 2017, na Faculdade de Geografia e História da sua universidade, um colóquio internacional, para o qual convidou investigadores «de distintas perspectivas e distintos âmbitos científicos». Os textos então apresentados coligiram-se na obra *Marginación y Mujer en el Imperio Romano*, de mais de 400 páginas (Roma: Edizioni Quasar, 2018).

É a própria editora, Pilar Pavón, que faz, na apresentação, mui elucidativa síntese do conteúdo do volume, que se apresenta em seis grandes capítulos, cujo enunciado de imediato prenuncia a riqueza do conteúdo:

- I – Mulher, cidadania e tradição; entre a autonomia e a limitação jurídica;
- II – Mulher e família: modelos e tarefas;
- III – Mulheres do escol: entre a marginalidade política e a visibilidade socioeconómica;
- IV – Mulher e religião: da complementaridade pagã à marginalização cristã;
- V – Modelos de mulher na óptica masculina;
- VI – Mulheres nas margens sociais: libertas e bárbaras.

Anotemos, a começar, a densa informação veiculada por Mireille Corbier sobre o que lhe aprouve chamar «o segundo sexo» em Roma (p. 13-32), aduzindo, como estudo de caso, o que se conhece da perspicácia social de Agripina-a-Jovem.

Pilar Pavón serve-se de informação de Ulpiano, para indicar os mestres que as mulheres não podiam exercer (p. 33-62).

Marta González Herrero procura mostrar como, através da documentação epigráfica, se pode ver que o modelo oficial da feminilidade acabou por ser interiorizado pela mulher, independentemente do estatuto social (p. 65-80).

Referiu-se atrás o papel da mulher como mãe e esposa; Anthony Álvarez Melero aborda uma outra relação familiar, a do irmão em relação à irmã (casamento, viagens, herança...), que analisa colocando-a entre «estratégia familiar e marginalização» (p. 81-102), o que me sugere referir a epígrafe de *Balsa* (Tavira), em que Mânlia Faustina homenageia o irmão, Tito Mânlio Faustino, «modelo de piedade, duúnviro por duas vezes, por decreto dos decuriões, tendo oferecido um banquete», em que a estratégia familiar resulta bem evidente (Encarnação 2013, p. 101-102).

Marta Álvaro Bernal, por seu turno, analisa fontes literárias, epigráficas e jurídicas, para dar conta de como as *puellae* eram educadas para o matrimónio (p. 103-132). Anote-se o que Plínio escreve acerca da sua terceira (!) mulher: «É extraordinariamente inteligente, extraordinariamente frugal; ama-me, o que é um sinal claro da sua virtude» (p. 116). Apeete comentar: e a Plínio vaidade não lhe faltaria também!...

Rosa María Cid López interessou-se pelo papel das *Augustae* na dinastia dos Júlios-Cláudios (p. 135-161), em três vertentes: a marginalidade política (será que houve mesmo, sem interferências? – ocorrenos perguntar), a propaganda religiosa (neste campo, as *Augustae* que bem se movimentavam elas!) e o reconhecimento social (patente este, de modo especial, na nomeação para funções de teor religioso).

E já que se falou em funções religiosas, haveria que dar uma vista de olhos ao significado da nomeação de alguém para o exercício do sacerdócio imperial: o flaminato. Francesca Cenerini procura brevemente responder, pois, à questão: detém a flaminica um papel activo ou é, puramente, marginal? (p. 163-177).

Com base em mui extensa bibliografia, Marcella Chelotti, da Universidade de Bari, apresenta exemplos, retirados da documentação epigráfica da sua área, a *Apulia* e a *Calabria*, de mulheres que se notabilizaram, mormente por terem tomado a iniciativa de mandar construir um anfiteatro (é o caso de *Otacilia Secundilla*, até agora desconhecida, mas cujo nome está documentado numa inscrição fragmentada), ou por lhes terem sido dedicadas epígrafes de alguma solenidade (p. 179-198).

Marie-Thérèse Raepsaet-Charlier confirma o que se tem proclamado: no que concerne ao cerimonial religioso, exerceu sempre a mulher romana uma função complementar à do homem (p. 201-222).

Mercedes Oria Segura observou imagens com a representação da mulher em funções religiosas (em baixos-relevos, mosaicos, moedas...), para tentar discernir se pode deduzir-se daí uma intenção de lhe atribuir maior ou menor relevo (p. 223-252); concluiu que essas representações lhe conferem, afinal, sempre maior relevo, o que – poder-se-á acrescentar – se afigura natural, mesmo que a posição na cena ou a dimensão atribuída induza a pensar diversamente: se está representada... está representada!

Clelia Martínez Maza, da Universidade de Málaga, debruça-se sobre uma questão sugestiva (¿foi a Mulher marginalizada no Cristianismo primitivo?), mormente se pensarmos que a Mulher teve, na vida de Cristo, conforme é relatada nos Evangelhos, um papel não despidendo e o seu entusiasmo se revelou nos primeiros tempos do Cristianismo. Fez a investigadora uma leitura das cartas de S. Paulo (para ele, como se sabe, a mulher deve ser submissa ao homem) e da documentação referente aos movimentos ditos 'heréticos' que foram aparecendo e afirma, no final, a esse propósito: «Não havia forma melhor de injuriar um adversário herético do que salientar a proeminência que a mulher deteve nesses movimentos, cuja capacidade de chefia era absolutamente ilegítima, tanto devido à sua fragilidade intelectual e debilidade física, como atendendo à procacidade inerente ao seu sexo» (p. 268). Páginas, portanto, que se lêem com curiosidade (p. 253-273).

O capítulo V trata, como se referiu, da perspectiva masculina em relação à Mulher. Assim, Julián González Fernández estuda, desse prisma, a obra de Plínio-o-Moço (p. 277-292); María José Hidalgo de la Veja apresenta a aristocrata africana *Aemilia Pudentilla*, que viveu, em meados do século II, na cidadezinha de Oea (actual Trípoli) e que foi casada com Apuleio de Madaura, que dela abundantemente falou (p. 293-314); José Carlos Saquete repassa a *Historia Augusta* para aí colher informações acerca das mulheres, quase sempre comentários pejorativos, em que se vê com maus olhos a interferência da Mulher na vida política (p. 315-332).

O capítulo VI abre com a análise minuciosa levada a cabo por Carla Masi Doria, da Università degli Studi di Napoli Federico II, acerca das chamadas *Libertae Iunianae*: a *lex Iunia*, datável, segundo a autora, de 25 ou 17 a. C., estabeleceu as regras da concessão de liberdade a escravos e escravas, determinando que passavam a ter «uma condição comparável à dos *Latini coloniarii*, de que deriva o nome por que passaram a ser conhecidos: *Latini Iuniani*; *latini*, porque não eram cidadãos romanos, e *Iuniani*, por força da *lex Iunia*» (p. 335-362). Francisco Cidonha Redondo, da Universidade de Sevilha, disserta (p. 363-392) sobre a frequente união entre libertas e patronos no decorrer do Império Romano, uma análise que, a meu ver, não poderia também deixar de ter em conta o livro clássico de Georges Fabre, *Libertus – Recherches sur les rapports patron-affranchi à la fin de la République Romaine* (Roma, 1981), mais não fosse para estabelecer termos de comparação entre a República e o Império; mas o livro de Georges Fabre não é sequer citado na bibliografia.

Coube a Alicia Ruiz Gutiérrez o encargo de fechar o importante rol de contribuições para o volume, colhendo na *Geografia* de Estrabão as referências à mulher (p. 393-415). E chegou a uma conclusão curiosa: o geógrafo, ao referir o relevante papel feminino em sociedades periféricas do Império Romano – por exemplo, a falada ginocracia cántabra –, pretende justamente acentuar esse aspecto negativo, bárbaro, da organização dessas sociedades, em confronto com o que se passava no coração de Roma.

Perdoar-se-me-á se me demorei nesta obra; creio, todavia, que os assuntos nela versados abrangem vasta panóplia de ângulos de visão e não seria justo realçar mais um do que outro.

Para além do aplauso pela iniciativa, não só do colóquio de 2017, mas, sobretudo, pela cuidada publicação dos contributos, o que eventualmente poderá também chamar a atenção no conspecto geral do volume é o grande acervo bibliográfico apresentado por cada autor, que chega a acrescentar, num dos casos, 4 páginas e meia às 14 páginas e meia de texto propriamente dito! ¿Mera prova de erudição ou a obrigatoriedade de citar a plêiade de colegas que ao assunto dedicaram o seu tempo?

4. 250 mulheres

O projecto dirigido pela Professora Pilar Pavón sobre a marginalização e a visibilidade da mulher romana concretizou-se não somente na publicação do livro atrás referido, mas também numa exposição virtual, passível de ser, então, visitada na página <https://grupo.us.es/conditiofeminae/index.php/250-mujeres-de-la-antigua-roma/>. Dessa exposição se fez o catálogo, editado sob orientação da mesma

professora, consubstanciado no livro intitulado *250 Mujeres de la Antigua Roma*, datado já de 2022, uma edição, não vendável, da Universidade de Sevilha (Fig. 5).

Sintomaticamente dedicada «A las mujeres y a los hombres de sus vidas», teve a obra a colaboração de 38 autores, «entre los cuales se encuentran profesores universitarios, directores de museos, investigadores y graduados, pertenecientes a diferentes universidades e instituciones de ambito nacional e internacional».

Temos, pois, aqui as fichas referentes a cada uma das mulheres seleccionadas, cuja actividade, anote-se desde já, nos foi dada a conhecer «por la visión que las fuentes literárias, epigráficas, papiroológicas y jurídicas, escritas en su inmensa mayoría por hombres, dejaran sobre ellas»!

Mais uma vez, cumpre realçar a bem elucidativa introdução redigida pela editora. Uma síntese cuja leitura não deve dispensar-se. Aí se explica que, no rol mencionado, há lugar especial para a Mãe; que houve mulheres generosas a contribuir para o embelezamento das suas cidades; que muitas imperatrizes não se eximiram de intervir politicamente; que houve quem não desdenhasse dedicar-se a actividades subversivas (por lhe dar gozo, por vingança ou por acreditar que podia mudar o *status quo*); que avós houve, imprescindíveis no acompanhamento dos netos; que houve sacerdotisas, ocupando aqui as Vestais um lugar especial; mulheres que amaram os maridos e por eles foram amadas sem limites; lugar também para as santas (Maria Madalena, Eulália, Helena...); mulheres que exerceram uma profissão (médicas, advogadas, professoras...).

Em quatro capítulos se divide o volume:

I – Desde as origens até ao final da Monarquia (do século VIII ao VI a. C., aproximadamente): p. 15-27;

II – A República (de 509 a 27 a. C.): p. 29-79;

III – O Império (de 27 a. C. a 284 d. C.): p. 81-265;

IV – Antiguidade Tardia (de 284 a 565): p. 267-345.

Abre cada capítulo com uma ilustração adequada (Fig. 6) – aliás, sempre que se conheça uma que possa ilustrar a respectiva ficha (um busto, nomeadamente), a editora não hesitou em aí a incluir; e com um mapa a cores, destinado a melhor situar no espaço e no tempo o conteúdo que vai explanar-se. Diga-se, desde já, que o volume prima também pela excelente apresentação gráfica.

As fichas estão numeradas, identificadas com o nome da mulher aí estudada e assim aparecem, pelo número, no índice. Após uma síntese biográfica, devidamente assinada pelo autor dela responsável, abre-se uma caixa com indicação das fontes principais e de uma selecção bibliográfica.

Atente-se que, na realidade, estamos perante um catálogo e não um livro com pretensões a ser consultado pelos investigadores interessados no tema, como, de resto, se esclarece, na contracapa: «Não é uma monografia científica nem um catálogo para ser usado». Daí que não haja informação geral da bibliografia seleccionada nem das fontes. Não há índice dos nomes por ordem alfabética. Se se quiser saber se *Memoria Calquisia*, cuja inscrição está em Montemor-o-Novo, foi tida em consideração, há que percorrer com atenção o «índice de mulheres» (p. 347-349). Foi, é o nº 176. Da Lusitânia há também *Cretonia Maxima*, cuja inscrição se encontrou em Mérida (nº 137).

Ainda que a busca não esteja facilitada – e não fará mal nenhum se, para encontrar uma mulher, haja necessidade de ver a lista delas todas... – será prazenteiro conhecer de cada uma das 250 aqui retratadas a principal bibliografia aonde se foi colher informação a seu respeito. Uma vida em poucos parágrafos; mas, de um modo geral, aqui, uma vida plenamente cheia de... História e de histórias!...

Figura 5. Capa do livro em análise. Reprodução da pintura, de Juan Jiménez Martín, Tocador de una dama romana (c. 1895). Museu do Prado, Madrid.

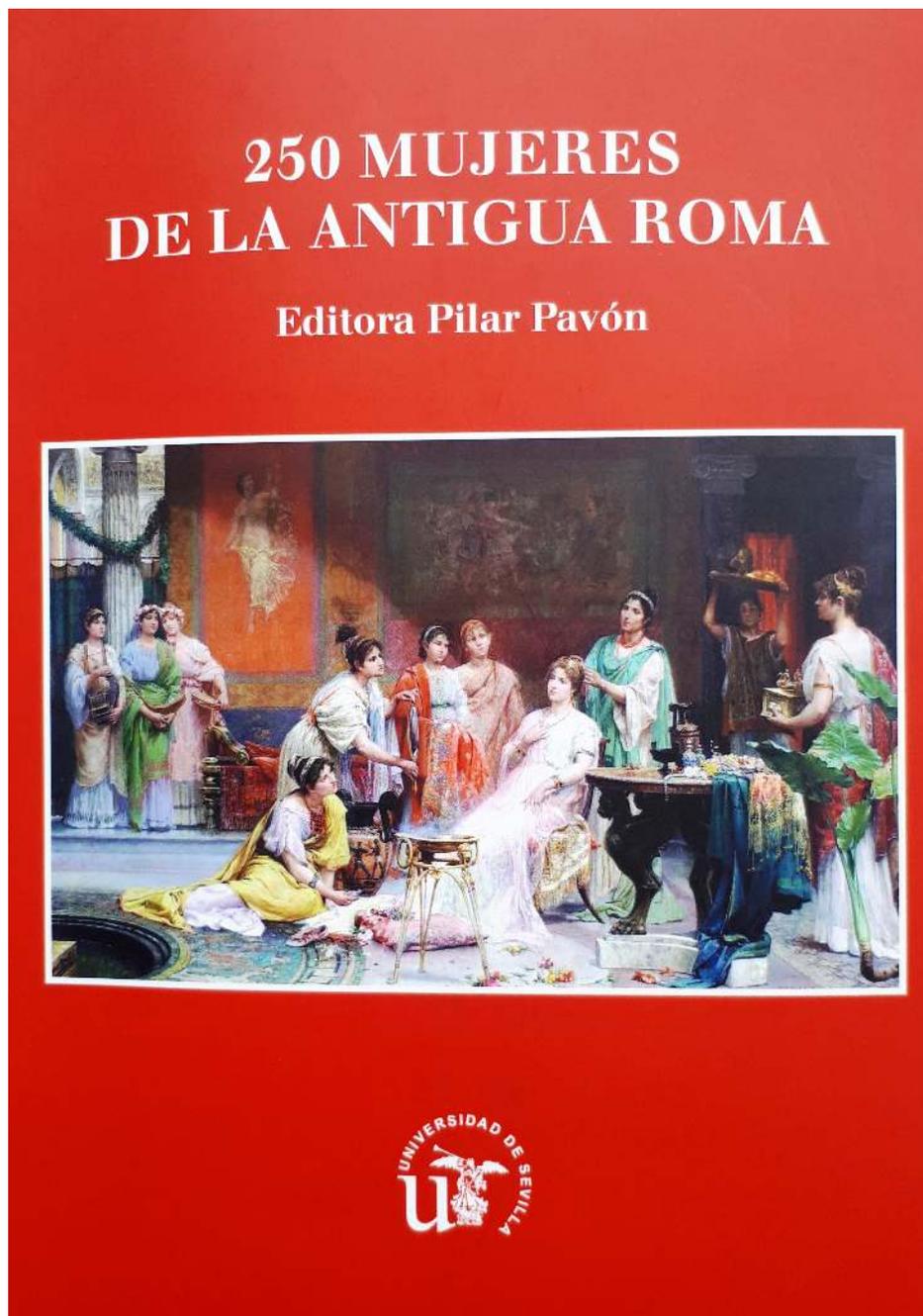
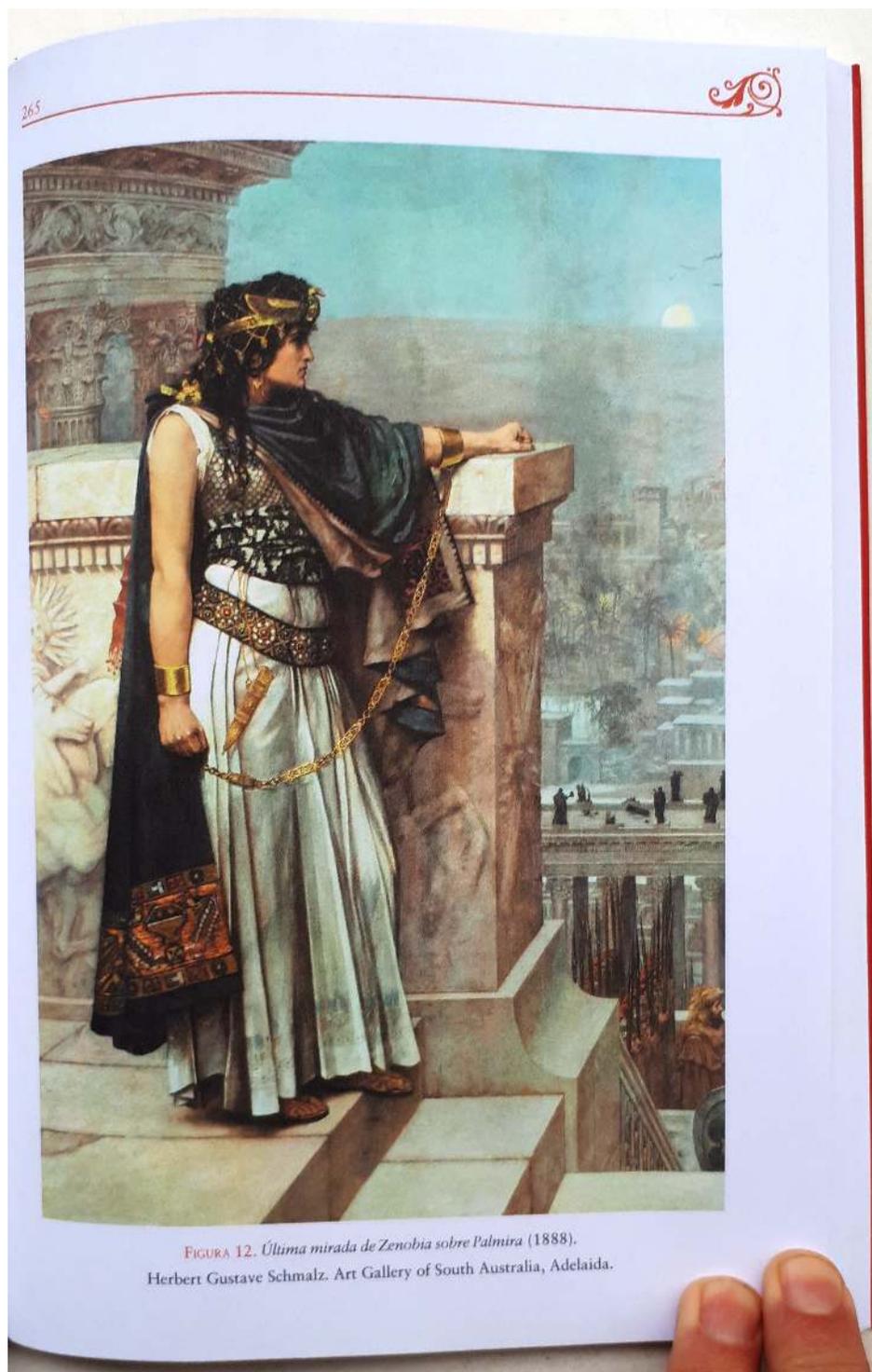


Figura 6. Uma das ilustrações: O último olhar de Zenobia sobre Palmira (1888). Herbert Gustave Schmalz. Art Gallery of South Australia, Adelaide.



5. Bibliografia

ENCARNAÇÃO, José d' (2003) – «Quão importantes eram as gentes!...», in MAIA, Maria *et alii* [coord.], *Tavira – Território e Poder*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, , 95-104. <http://hdl.handle.net/10316/101097>

ENCARNAÇÃO, José d' (2005) – «Mães e filhos passeando por entre epígrafes», in M^a SEVILLANO SAN JOSÉ, Carmen *et alii* [edits.], *El Conocimiento del Pasado. Una Herramienta para la Igualdad*, Salamanca: Universidad, 101-113. <http://hdl.handle.net/10316/11518>

ENCARNAÇÃO, José d'(2018) – «Acerca do culto às divindades salutíferas na Lusitânia ocidental», in SOARES, Carolina Esteves *et alii* [edit.], *Phármakon: do Combate da Enfermidade à Invenção da Imortalidade*. Porto: CITCEM, 87-98. <http://hdl.handle.net/10316/89078>

ENCARNAÇÃO, José d' (2019) – «Errori d'interpretazione della minuta su epigrafi della Lusitania occidentale», in SARTORI, Antonio e GALLO, Federico [coord.], *L'Errore in Epigrafia*. Milano: Biblioteca Ambrosiana, 115-127. <http://hdl.handle.net/10316/88719>

ENCARNAÇÃO, José d' (2021) – «As mulheres de Pax Julia queriam uma Deusa Boa!», *Diário do Alentejo*, 26-02-2021, 13.

FERNANDES, Luís da Silva (1998-99) – «A presença da mulher na epigrafia do *conventus Scallabitanus*». *Portugalia*, nova série, 19-20, 129-228.

GONZÁLEZ HERRERO, Marta (2021) – «Mujeres agregadas en el Occidente romano a comunidades cívicas a las que no pertenecían por *origo* natural», in PAVÓN, *o. cit.*, 553-573.

LASSÈRE, Jean-Marie (²2007) – *Manuel d'Épigraphie Romaine*. Paris : Picard.

PAVÓN, Pilar (2018) [edit.] – *Marginación y Mujer en el Imperio Romano*. Roma: Edizioni Quasar.

PAVÓN, Pilar (2021) [edit.] – *Conditio Feminae. Imágenes de la Realidad Femenina en el Mundo Romano*. Roma: Edizioni Quasar.

PAVÓN, Pilar (2022) [edit.] – *250 Mujeres de la Antigua Roma*. Universidad de Sevilla.